

A ATUAL SITUAÇÃO DIGLÓSSICA DO BRASIL: SUAS ORIGENS NO BILINGÜISMO DOS PRIMEIROS SÉCULOS DE COLONIZAÇÃO

Roberto Farias¹

Universidade Federal de Rondônia (Brasil)

1. Introdução

Existe uma certa unanimidade por parte dos que fazem o sistema educacional brasileiro quanto à avaliação dos resultados obtidos através do ensino de língua portuguesa no Brasil: há um fracasso generalizado.

Muito frequentemente, os estudantes de primeiro e segundo grau e mesmo os universitários amortizam a sensação de incapacidade frente à aprendizagem da modalidade padrão da língua, repetindo que “o português é a língua mais difícil do mundo” ou que “ninguém sabe falar ou escrever corretamente o português”. Ou seja, no primeiro caso a origem dos problemas está na própria língua, e no segundo, na totalidade dos falantes, sendo portanto uma regra e não uma exceção. O que chama a atenção nas duas afirmações é o fato de que são os próprios membros de uma comunidade que tem a língua portuguesa como língua materna os autores das afirmações. Se os próprios utentes do português reconhecem haver uma grande dificuldade na aprendizagem e no uso da sua língua, quem seriam os que não teriam dificuldades no trato desta língua?

Do lado dos professores, a explicação para as causas do mau uso do português normalmente está na política educacional. Em recente entrevista à revista *Veja*, a de maior circulação nacional, o professor Pasquale Cipro Neto, “o professor de português mais conhecido do país”², à pergunta “Por que o português é tão mal falado e mal escrito no Brasil?”, responde: “Há duas causas visíveis. Com o depauperamento geral da educação, o ensino da língua portuguesa acabou confiado a professores despreparados para a tarefa. Os brasileiros também lêem pouco... Existe, ainda, um motivo invisível para o estado trágico em que se encontra o português no Brasil: a má intenção. Uma grande parcela da população é mantida na ignorância, com o propósito de distanciá-la da sintaxe dominante”³.

Na resposta do professor encontramos três agentes causadores do “estado trágico” da língua portuguesa no Brasil: 1) os professores, que, por estarem mal preparados, não realizam

¹ Profesor da Universidade Federal de Rondônia, Brasil. Estudante de Doutorado em Filología Galega na U.S.C.

² Revista *Veja*, (10 setembro de 1997).

³ *Idem, ibidem.*

satisfatoriamente a atribuição de ensinar o português; 2) os brasileiros, que, por não terem o hábito da leitura, mantêm-se distanciados da “boa linguagem”, daí porque não conseguem exprimir-se a contento⁴; 3) há uma deliberada má intenção (por parte das classes dominantes?) na manutenção do presente estado de coisas.

Parece-nos que tanto as hipóteses aventadas pelos estudantes, quanto as causas arroladas pelo professor apontam para um contexto em que se convive com um descompasso profundo entre a língua ideal e a língua corrente. Em outras palavras: há no Brasil um situação caracterizada por um contexto diglótico.

Normalmente os programas de ensino brasileiros mais progressistas, que tentam responder à problemática do fracasso do ensino de português⁵, partem do princípio de que todas as línguas apresentam um continuum que vai desde a linguagem padrão até a sua variedade culta. Fala-se inclusive da importância de que sejam respeitadas como legítimas todas as variedades, inclusive aquelas que são socialmente desprestigiadas. Mas não encontramos propostas que apontem para a história da implantação da língua portuguesa no Brasil como forma de explicar as idiosincrasias que a língua desenvolveu e efetivamente tem desenvolvido em território brasileiro⁶. É mesmo possível encontrarmos em alguns estudiosos a idéia de que o processo diglótico é comum a todas as línguas. É o caso de Dino Preti, que, em seu livro *Sociolinguística: os níveis da fala*, diz:

“Embora não se possa ter a pretensão de que os dialetos sociais sejam claramente distintos (como são, mais frequentemente, os dialetos geográficos), ainda assim é possível estabelecer pelo menos duas variedades que, segundo Ferguson, “coexistem numa mesma comunidade, cada uma desempenhando papel específico”, fenômeno a que chamou diglossia”⁷.

Há, na posição de Preti, uma clara ampliação ao extremo do conceito introduzido por Ferguson, que, mais restritamente, diz:

⁴ Não discutiremos aqui a distinção entre o processamento da escrita e o da leitura. Diremos apenas que, como se tem comprovado com as pesquisas na área da psicolinguística, a relação entre o processo de leitura e o processo da escrita não é tão interdependente como se pensa no senso comum.

⁵ Ver, por exemplo, VVAA (1995).

⁶ Essa postura encontra suas origens na história dos estudos lingüísticos brasileiros. Até a década de 60 predominavam nas faculdades de Letras os estudos pautados na tradicional filologia, cujas linhas mestras apontavam para a língua escrita (nas suas modalidades literária e culta) como objeto único digno da atenção dos estudiosos. Dessa forma, predominava uma visão purista, prescritivista, normativista, da língua. Essa postura purista, por exemplo, levou a maioria dos filólogos à negação dos influxos que o português possa ter tido do contato com outras línguas em solo brasileiro. A partir da inclusão da disciplina Lingüística nos currículos de Letras, rompe-se com essa tradição e voltam-se os esforços para a descrição da língua falada, tomando-se como referência um posicionamento sincrônico-descritivista, desconsiderando-se, com raras exceções, a história interna e externa da língua.

⁷ Preti, Dino (1994: 30).

“...it must be pointed out that diglossia is not assumed to be a stage which occurs always and only at a certain point in some kind of evolution, e.g., in the standardization process”⁸.

Diferentemente de Preti, acreditamos que uma situação diglössica surge quando o continuum, digamos, normal da variação é “perturbado” por fatores externos, como por exemplo o contato (e o conflito) de línguas distintas.

A seguir, esboçaremos o percurso que teve no passado a língua escrita no Brasil, bem como apresentaremos, dentro dos limites deste trabalho, o contexto em que se deu a luta da língua portuguesa, frente a outras línguas⁹, no seu processo de consolidação como língua oficial do Brasil. Escolhemos este caminho para caracterizar o processo diglössico brasileiro, seguindo a definição de diglossia proposto por Ferguson, em que escrita e fala têm funções, contextos e aspetos bem distintos.

2. O percurso da língua escrita

“O direito de errar –que o modernismo sistematizou– abre para o engajamento da forma e também para sua gratuidade, e nisto reside sua complexidade maior”.
Cacaso

A modalidade brasileira¹⁰ da língua portuguesa, como não poderia ser diferente, possui características próprias, distintas das modalidades dos demais países lusófonos. Essa diferenciação, uma vez refletida na escrita, foi alvo de severas críticas de intelectuais portugueses, durante o século passado, os quais acusavam os escritores brasileiros de uso imperfeito da língua de Camões. Do lado oposto a esses críticos, os nacionalistas brasileiros pugnavam pela “independência linguística” do País, que adviria com a outorgação da “língua brasileira”, tema de um longo debate que, até meados deste século, ainda encontrava fervorosos adeptos, tanto de um lado quanto de outro.

Até o início do século XIX a modalidade escrita da língua portuguesa praticada no Brasil refletia o modelo português, como nos atestam as obras de autores como Antônio Vieira e Cláudio Manuel da Costa. O primeiro, embora nascido em Portugal, fora educado / formado no Brasil; o segundo, embora tendo nascido no Brasil, escreveu obras que foram

⁸ Ferguson, Charles A. (1959: 325-40).

⁹ São três os grupos de línguas com as quais o português tem travado contato, por diferentes motivos, no Brasil: em primeiro lugar, em ordem cronológica, estão as línguas ameríndias dos primeiros habitantes da terra; em segundo, as línguas levadas ao País pelos antigos escravos; e, por último, fenômeno relativamente recente, as línguas de imigrantes não-portugueses (alemães, italianos, poloneses, japoneses, etc.). Neste trabalho abordaremos apenas o contato com as línguas indígenas.

¹⁰ Foi Mattoso Câmara Jr. quem propôs o termo para *definir* a língua portuguesa falada no Brasil. Outros antes sugeriram termos variados, quase todos controversos, como “dialeto brasileiro” ou “idioma nacional”.

reverenciadas, pelo purismo do estilo, pelos críticos literários de ambos os países. Até o período acima não se pode falar, *stricto sensu*, em uma literatura brasileira¹¹.

A verdadeira literatura feita no Brasil e com as “cores nacionais” vem à tona com o movimento Romântico, cuja expressão maior em termos de prosa é o romancista cearense José de Alencar. O Romantismo brasileiro coincide com a independência política do País, o que propiciou, pela primeira vez, um clima favorável à veiculação de valores diferentes àqueles que eram comuns a Brasil e Portugal. O espírito romântico muito se coaduna com o clima reinante no Brasil de 1822, ano da independência política do País. Não demora muito para que a questão da língua seja alçada à condição de bandeira política. Os nacionalistas, impulsionados por um sentimento antilusitano, fortemente vigente à época, defendiam a denominação de “língua brasileira” para o idioma nacional. Imaginavam que com isso se completaria definitivamente a independência em relação à antiga metrópole.

Alencar, que tivera uma formação envolvida nesse clima contrário a tudo o que fizesse lembrar Portugal, inspirado no romantismo alemão, busca valores no passado remoto do País como forma de engrandecê-lo. De sorte que o que de havia de mais grandioso e digno de registro literário no passado brasileiro, que não fosse comum também aos portugueses, era o que estava vinculado ao elemento indígena. Tendo sido a corrente indigenista uma das que mais produziu frutos no Romantismo brasileiro. Alencar escreveu uma trilogia que tem como pano de fundo a temática indígena: *O Guarani*, de 1857; *Iracema*, de 1865 e *Ubirajara*, de 1874. Nessas obras, aparece a figura do índio extremamente idealizada, correspondendo muito mais ao constructo do *bon sauvage*, em nada retratando a dura situação a que esteve relegado o índio a partir do contato com o colonizador.

Dessas três obras foi *Iracema* a que maior repercussão teve tanto no Brasil como em Portugal. E também foi a que mais sofreu com as severas críticas por causa da sua linguagem, o que teria levado o crítico português Pinheiro Chagas a escrever:

“O defeito que eu vejo nessa lenda (*Iracema* tem como subtítulo *lendas do Ceará*), o defeito que vejo em todos os livros brasileiros, e contra o qual não cessarei de bradar intrepidamente é a falta de correcção na linguagem portuguesa, ou antes a mania de tornar o brasileiro uma língua diferente do velho português...”¹²

Alencar defendeu-se dessa e de outras muitas críticas ora apelando para os clássicos, onde encontrava apoio para as suas construções, ora defendia publicamente a necessidade de

¹¹ Neste ponto não discutiremos a questão da periodização da literatura brasileira, o que envolveria inclusive uma discussão sobre o conceito de literatura. Apenas seguimos a corrente majoritária dos estudiosos sobre o assunto, como Alfredo Bosi (1980), na sua *História concisa da Literatura brasileira*.

o Brasil afastar-se de Portugal em termos de língua, como se pode inferir do que diz no pós-escrito da 2ª edição de *Iracema*, 1870:

“A revolução é irreversível e fatal, como a que transformou o persa em grego e céltico, o etrusco em latim, e o romano em francês, italiano etc.; há de ser longa e profunda, como a imensidade dos mares que separa os dous mundos a que pertencemos”¹³.

A esse tempo o debate fora longo e intenso. Dele participaram numerosas pessoas, principalmente intelectuais e políticos. E as idéias “libertárias” em relação à língua fundavam-se nos estudos lingüísticos em vigor, ou seja, baseavam-se numa concepção determinista e biologista da língua, daí as freqüentes referências e comparações com o destino que o latim teve com o fim do Império Romano. Era grande a confusão em torno do tema do debate, principalmente pelo calor das paixões que ele suscitava num Brasil que acabava de conquistar a sua independência política.

As idéias de Alencar a respeito da língua não encontraram seguidores no meio literário. Ao contrário, as correntes que sucederam o Romantismo reataram, cada uma a sua maneira, os vínculos com o padrão lusitano. Os escritores naturalistas, por exemplo, embora abordando temáticas estritamente brasileiras, escreveram num português escorreito: os parnasianos romperam até mesmo com o entorno brasileiro, pregavam um grande apego à forma, à linguagem precisa¹⁴. O fato é que Alencar, como bem nos informa Serafim da Silva Neto, na sua *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*¹⁵, não pugnava pela criação de uma nova língua, mas sim defendia, com seu estilo ferrenho, muitas vezes mal compreendido, uma maior liberdade em termos de expressão, o que mais se aproxima às questões da literatura do que aos fatos da língua stricto sensu.

O debate voltaria a ter novo destaque durante o Movimento Modernista de 1922, quando as letras nacionais passaram por um grande impacto renovador, e onde figurava, pelo menos como ponto de pauta, a questão lingüística.

Essa retomada do tema da “língua brasileira” por um movimento literário de forte expressão nacionalista, como não poderia deixar de ser, tal qual como se deu no Romantismo, pautava-se muito mais pela defesa da livre expressão do que pela pugna por uma suposta

¹² Apud Silva Neto, Serafim da (1963: 244).

¹³ Apud Pinto, Edith Pimentel (1978).

¹⁴ “(...) Por isso os escritores realistas, naturalistas, parnasianos e simbolistas dificilmente deixam margem, no plano do autor, para infiltração da oralidade. Bem ao contrário, ostentam, no vocabulário e na sintaxe, um discurso extremamente elaborado”. (Pinto, E.P. (1992: 27)

¹⁵ Op. cit., nota 12 deste trabalho.

autonomia lingüística em relação a Portugal. Tanto foi assim, que nenhuma decorrência institucional houve.

Serafim da Silva Neto assim se coloca:

“Filologicamente falando, ela (a era modernista) representa ainda reação contra os puristas. Veio numa fase de ardente proselitismo vernáculo...”¹⁶.

Foi Mário de Andrade o grande nome que polarizou a discussão. O autor chegou mesmo a projetar a idéia de elaboração de uma *Gramatiquinha*¹⁷ da língua brasileira.

O Movimento Modernista, em um dos vários manifestos que fez circular, definia-se “acima de tudo *anti*. Foi anti-clássico, anti-romântico, antiparnasiano, anti-simbolista, antilusitano”¹⁸.

O Modernismo, diferente do Romantismo, não tinha na temática indígena, assunto que nos interessa mais de perto neste trabalho, um dos seus pontos fortes. Apresentava-se como a inauguração de idéias modernas no país. Tratava-se, pois, de romper com o velho, apontando para um futuro que deveria ser diferente de tudo o que já se tinha visto, seja no plano literário, seja no plano político. Não é à toa que a base do Movimento concentra-se na cidade de São Paulo, a esse tempo emergente centro industrial.

Em termos práticos, foram os modernistas grandes inovadores da linguagem. São exemplos emblemáticos dessa inovação a poesia de Carlos Drummond de Andrade e a prosa regionalista de Guimarães Rosa. Mas a prova de que a intenção de dar novos ares sobre o debate sobre a língua não extrapolou o plano literário no fato de que o próprio Mário de Andrade negou posteriormente que houvesse projetado escrever uma gramática sobre a língua do Brasil, como nos informa Sílvio Elia:

“Al respecto de esa fase de ‘abandono final’ del proyecto, me parecen decisivas estas líneas en una carta dirigida en 1935 a Sousa da Silveira: ‘Anuncié un libro: Gramatiquinha del habla brasileña. Este libro, del cual jamás escribí una página, tampoco fue una intención mía y definitiva...’”¹⁹.

Rapidamente exposto o percurso da língua portuguesa escrita no Brasil, gostaríamos de concluir este item defendendo a hipótese de que o fluxo e refluxo das duas correntes, uma conservadora e a outra inovadora frente a unidade lingüística, refletem a situação diglósica do País, que nunca se distanciou por completo do estándar escrito lusitano, mas que manteve

¹⁶ Idem.

¹⁷ O termo foi cunhado pelo próprio Mário de Andrade para denominar o livro que, segundo consta, ele se propôs publicar, mas que nunca veio a lume.

¹⁸ Op. cit., p. 257.

a imensa maioria da população, originariamente diversa, distante do controle da escrita²⁰ como se verá a seguir.

3. O percurso da língua falada

Podemos considerar que o debate sobre a existência ou não de uma “língua brasileira”, inaugurado pelos escritores românticos e retomado pelos modernistas é um forte sintoma do descompasso entre o percurso da língua escrita e o exercício efetivo da língua falada por uma população portadora de fortes traços diferenciadores dos antigos colonos lusos.

A seguir, tentaremos uma aproximação ao tema da língua falada, buscando no contexto histórico da implantação da língua portuguesa em território brasileiro uma possível explicação para a situação diglósica brasileira.

Quando, no dia 22 de abril de 1500, Pedro Álvares Cabral e sua armada aportaram às terras de Pindorama²¹ a população nativa consistia de seres completamente distintos de todos os que os portugueses, experientes navegadores, nunca antes haviam visto.

Sílvio Elia, em *A unidade lingüística do Brasil*, dedica todo o capítulo 2 de seu livro à descrição do indígena que habitava as costas da terra que viria se chamar Brasil, quando lá chegaram Cabral e sua esquadra. Vale-se da famosa carta escrita por Pero Vaz de Caminha, que dá notícias ao rei de Portugal, D. Manuel, do “achamento” das terras que a ele pertenciam desde o Tratado de Tordesilhas:

“As primeiras referências ao indígena brasileiro, como se sabe, estão na famosa carta de Pero Vaz de Caminha. Aí o escrivão de bordo nos dá a visão inaugural do nosso aborígine: “Acodiram pela praia homees quando dous quando três, de maneira que quando o batel chegou à boca do rio eram ali XVIII ou XX homees pardos, todos nuus, sem nenhuua cousa que lhes cobrisse suas vergonhas.” Adiante dirá: “A feiçam deles é serem pardos, maneira d’avermelhados, de bõos rostros e bõos narizes bem feitos. Andam nuus sem nenhuua cousa cobrir nem mostrar suas vergonhas”²².

¹⁹ Elia, Sílvio (1992).

²⁰ É Celso Cunha quem nos informa: “Sabemos todos que a colonização portuguesa, com inúmeros saldos positivos, não foi exemplar no terreno educacional e cultural. Enquanto os espanhóis cedo criaram colégios e universidades na sua América, no Brasil colonial existiram apenas uns poucos estabelecimentos de ensino primário e médio, e isso quase por milagre de certas ordens religiosas, especialmente a dos jesuítas”. (Cunha, Celso (1970), *Língua portuguesa e realidade brasileira*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, p. 19). Se observarmos ainda os dados relativos à taxa de analfabetismo do País, confirmaremos que a atuação da escola está muito distante do ideal. Somente a título de exemplo, os números do Censo Demográfico do Brasil, realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), relativos ao ano de 1940, portanto já neste século, apresentam um índice de 61,2% de população analfabeta.

²¹ Nome original do país que viria a chamar-se Brasil. O *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Aurélio Buarque de Holanda, traz a seguinte etimologia para o termo: pindorama [Do tupi pi'dob, 'palmeira', + -orama.] S.m. Bras. 1. Região ou país das palmeiras (...).

Esses primeiros nativos com quem se deu o contato inicial eram membros de uma das tribos que posteriormente foram denominadas tupi²³. Há controvérsias quanto à origem desses indígenas, mas é provável que “esses tupi tinham vindo do sul, em movimentos migratórios, expulsando tribos anteriores, e estavam há pouco tempo, relativamente, ocupando o litoral”.²⁴

A língua falada pelos tupi do litoral apresentava, como se sabe hoje, uma grande unidade linguística. E foi essa a língua utilizada pelos jesuítas na sua ação catequizadora. Por obra dos padres da Companhia de Jesus, a língua tupi passou por um processo de normatização, tendo ganho inclusive o estatuto de língua escrita, e serviu durante cerca de 200 anos como uma espécie de “língua franca” no contacto do conquistador como o indígena e entre indígenas de tribos diferentes.

Os demais povos indígenas eram chamados pejorativamente Tapuia (inimigo, bárbaro), e durante muito tempo as línguas ameríndias faladas no território que hoje conhecemos como Brasil, tiveram essa classificação: de um lado o tupi, que desde cedo teve um tratamento diferenciado por parte dos conquistadores; e por outro, as línguas tapuia, também, denominadas “línguas travadas”, desprezadas tanto pelos índios tupi, quanto pelos brancos recém chegados.

As estatísticas não são seguras, quando se trata da questão indígena no Brasil. De modo geral, os estudiosos do assunto reconhecem que se trabalha com estimativas. Em publicação recente, financiada pelo governo brasileiro em cooperação com a UNESCO, NEVES diz o seguinte:

“Não existem números precisos, mas há estimativas indicando que a população nativa do continente chegava, à época da conquista, a mais de cinquenta e três milhões de pessoas, sendo que só a bacia Amazônica teria mais de cinco milhões e seiscentos mil habitantes (Denevan, 1992: xxviii). Tais figuras não são no entanto aceitas unanimemente (sic), já que os documentos usados para a elaboração dessas estimativas –crônicas de viajantes e oficiais das coroas, relatos de missionários, sítios arqueológicos– dão margem a estimativas bastante diferentes”²⁵.

Os povos nativos utilizavam várias línguas na sua comunicação diária. A principal delas, no caso do Brasil de 1500, o tupi, que era a língua dos povos que viviam na costa, e foram os que primeiro tiveram contato com os portugueses. Curiosamente, ao contrário do que se esperaria, foram os colonizadores que tiveram a necessidade de aprender a língua dos

²² Elia, Sílvio (1979: 19).

²³ Segundo Sílvio Elia (1992).

²⁴ Câmara JR., Mattoso (1965).

²⁵ Neves, Eduardo Góes (1995: 243).

nativos. Nesse processo, a língua tupi, nomeadamente o dialeto tupinambá, passou a ter o estatuto de *língua geral de intercurso*, espécie de língua veicular normativizada pelos jesuítas, que servia de veículo de comunicação entre brancos e indígenas, e entre indígenas oriundos de nações diferentes. Ismael de Lima Coutinho aponta três fatores preponderantes que impulsionaram o uso da língua geral nos primeiros séculos da colonização:

“Os cruzamentos, que aqui se verificaram, eram quase todos de mulheres índias com homens do reino. Ocupados estes nos misteres agrícolas ou comerciais, que lhes absorviam o tempo, não lhes sobrava lazer para ministrarem aos seus descendentes os conhecimentos do idioma pátrio (...). Esse estado de coisas era ainda agravado (sic) pela ação dos missionários (...). Além disso, nos colégios que (os jesuítas) criavam, mantinham sempre o ensino do idioma tupi, cujas lições eram ministradas aos filhos dos colonos de par com o português. Outro fator poderoso, que concorreu para o mais largo uso e expressão, foram as *bandeiras*. Nas suas entradas pelo sertão brasileiro, (...) os *bandeirantes*, entre os quais havia ordinariamente condutores índios, faziam do *abanheém* o instrumento das suas comunicações diárias”²⁶.

Essa situação de domínio da língua do colonizado sobre a língua do colonizador perdurou até meados do século XVIII. Um fato marca o definitivo declínio do tupi e a expansão do português na antiga colônia: a reforma de ensino empreendida pelo Marquês de Pombal.

Aproveitando o esquema proposto por Coutinho, a seguir, abordaremos os três fatores (miscigenação, ação dos missionários jesuítas e as Entradas e Bandeiras) que mais fortemente concorreram para o domínio do tupi nos primeiros séculos da colonização.

3.1. A miscigenação

A mistura de raças no Brasil dos primeiros séculos é tema dos mais concorridos entre os que se dedicaram ao estudo da colonização. O fenômeno é curioso na medida em que possui um caráter ambivalente: ao mesmo tempo é fator de desagregação, sendo mesmo incluído entre as causas do extermínio indígena²⁷, bem como fator de expansão dos valores dos nativos (ver citação de I. Lima Coutinho acima).

É de Gilberto Freyre a autoria de um dos livros que mais faz apologia da miscigenação ocorrida em terras brasileiras (seja do contato português-índio, seja do contato português-africano, ou, menos comum, índio-africano). É dele a seguinte passagem:

“Para a formidável tarefa de colonizar uma extensão como o Brasil, teve Portugal de valer-se no século XVI do resto de homens que lhe deixara a aventura da Índia. (...) A transigência com o elemento nativo impunha-se à política colonial portuguesa: as circunstâncias

²⁶ Coutinho, I. de Lima (1978).

²⁷ “(...) a assimilação aos usos e costumes dos colonizadores foi tão violenta quanto o genocídio”. Teixeira, Raquel F. A. (1995).

facilitaram-na. (...) E o certo é que sobre a mulher gentia fundou-se e desenvolveu-se através dos séculos XVI e XVII o grosso da sociedade colonial, num largo e profundo mestiçamento”²⁸.

São muito conhecidas as passagens extremamente sensuais de *Casa Grande e Senzala* com que Gilberto Freyre descreve o ambiente, digamos, social da época:

“O ambiente em que começou a vida brasileira foi de quase intoxicação sexual. O europeu saltava em terra escorregando em índia nua; os próprios padres da Companhia precisavam descer com cuidado, senão atolavam o pé em carne”²⁹.

Afora o excêntrico da descrição, interessa-nos aqui o fato de que o processo de miscigenação, a princípio, pelo menos nas primeiras gerações, parece ter realmente contribuído, como nos informa Coutinho, para o predomínio, nos dois primeiros séculos da colonização, da cultura indígena, e de sua língua majoritária, o tupi, frente à cultura e à língua portuguesa. E mesmo se pensarmos na sociedade brasileira atual, muito da cultura índia permanece até hoje muito presente no dia a dia do brasileiro, seja na culinária, seja nos costumes.

3.2. A ação dos jesuítas

Os padres da Companhia de Jesus não foram os primeiros missionários que chegaram ao Brasil –frei Henrique de Coimbra, que rezou a primeira missa, por exemplo, era franciscano. Mas tiveram os jesuítas o papel catequizador mais notável.

A ação dos padres da Companhia de Jesus na colonização do Brasil apresenta também uma posição ambivalente: de um lado pode ser vista como uma atuação em prol da divulgação da cultura européia; por outro lado pode ser vista como um fator favorecedor do fortalecimento da formação cultural autóctone. Essa ambivalência é fruto mesmo da postura dos jesuítas frente aos povos nativos. Se de um lado agiram no sentido de expandir os valores ocidentais, nomeadamente os valores ligados à religião, por outro atuaram de forma maleável com os valores dos indígenas, inclusive com relação aos valores espirituais, e, ponto que mais nos interessa neste momento, agiram no sentido de estudar e normativizar a língua indígena de maior prestígio, o tupi. Este fato contribui, decisivamente, para que esse língua indígena alcançasse maior relevância nos tempos da colônia.

Sem lugar a dúvidas, a principal obra dos missionários jesuítas consistia da catequese dos povos nativos. Levados por um posicionamento que hoje pode ser considerado avançado, os padres da Companhia de Jesus, procuraram estudar a língua indígena para dela fazerem uso

²⁸ Freyre, Gilberto (s/data), *Casa Grande & Senzala*, Lisboa, Livros do Brasil, p. 99.

²⁹ Idem, p. 101.

quando da ação catequética. Agindo dessa forma conseguiam maior aceitação por parte daqueles que eram o alvo de seu trabalho. O índio, desconhecedor da arte de aprender línguas estrangeiras, considerava aquele que falava a sua língua como um membro de seu grupo.

É de autoria de José de Anchieta, chegado ao Brasil durante o governo de Duarte da Costa, segundo governador geral da colônia (1553-1557), a primeira gramática da língua tupi, cujo título é bastante significativo: *Arte de Gramática da Língua mais falada na Costa do Brasil*. Criaram ainda os jesuítas uma vasta obra religiosa escrita em tupi: peças de teatro, catecismos, tradução de textos bíblicos.

Foi graças ao trabalho de Anchieta que a língua tupi ganhou espaço nos colégios de que dispunham, foi codificada, e serviu como forma de expressão de inúmeros povos: brancos, negros e índios oriundos de tribos não-tupi. A essa língua assim codificada chamamos *língua geral*. Essa denominação vem do fato de que o tupi serviu mesmo como uma espécie de língua veicular entre pessoas oriundas de diferentes agrupamentos humanos, falantes de diversas línguas, que por motivos também variados foram colocados frente a frente durante o processo colonizador do Brasil.

De conhecimento público é a postura negativa dos padres jesuítas frente à escravização do índio. Também é sabido que praticavam uma certa tolerância com relação aos ritos pagãos. Desse vínculo, pode-se dizer, amigável, advêm as razões da expulsão dos jesuítas durante o governo do Marquês de Pombal (meados do século XVIII).

3.3. As Entradas e Bandeiras e a difusão da língua tupi

“Entradas e Bandeiras” foi a denominação pela qual ficou conhecida na História oficial do Brasil o movimento de penetração e ocupação do interior do País. Qual as caravanas compostas por colonos do Reino Unido na Conquista do Oeste americano que entraram para o imaginário ocidental, as Entradas e Bandeiras representam o marco de ampliação do território brasileiro. Até então (século XVII) a ocupação das novas terras, nem todas pertencentes à Coroa Portuguesa, limitava-se ao litoral. Era onde estavam as principais aglomerações humanas da época: Salvador da Bahia, Olinda e Recife. A primeira era a capital da colônia, onde prevaleciam as atividades ligadas à administração governamental; a Segunda, caracterizada como um reduto dos *senhores de engenho*, proprietários das usinas de produção de açúcar; e a última, Recife, uma fundação holandesa, posteriormente conquistada numa ação conjunta de brancos, negros e índios.

Essa penetração da *hinterlândia* tinha basicamente dois objetivos: a caça ao índio para a escravização, e a procura de metais preciosos. As Bandeiras partiam na sua maioria da

região onde hoje se localiza o estado de São Paulo, daí porque atualmente o termo “bandeirante” é sinônimo de “paulista”, pessoa nascida nesse estado brasileiro.

Os elementos majoritários que compunham as bandeiras, diferentemente das caravanas do velho Oeste, não eram colonos do reino, mas índios e, principalmente, mamelucos, mestiços de branco com índia, conforme informa-nos Sílvio Elia, citando o historiador Jaime Cortesão:

“Os *bandeirantes*, exploradores do território à cata de metais ou pedras preciosas e de escravos índios, ainda que muitos deles *reinóis*, quer dizer, portugueses do Reino, são, na sua maioria, *mamelucos*, ou seja, mestiços de português e índia, que haviam herdado do aborígene os seus fortes atributos físicos de viajadores do sertão e assimilado muito dos seus costumes e elementos de cultura”³⁰.

Essa composição das Bandeiras é de importância capital para compreender-se a expansão do tupi. A língua falada por esse grupo de *bandeirantes* desbravadores, muito provavelmente, se não era o tupi propriamente dito, deveria ter essa língua um papel importante entre os seus membros. Prova dessa importância é a presença marcante de vocábulos tupi em toda a toponímia brasileira.

Uma outra decorrência das Entradas e Bandeiras diz respeito ao povoamento do interior. Esse é um ponto importante na análise que estamos fazendo. A questão que se coloca está relacionada com o papel desempenhado por esses movimentos de conquista da hinterlândia na difusão do padrão cultural português, e parte dele a língua portuguesa. O problema surge do fato de que essas Entradas e Bandeiras eram aglomerações humanas compostas não só por elementos portugueses, mas, ao contrário, tudo indica que os indivíduos mestiços eram maioria, como foi dito acima. E a presença mesma do índio era fundamental: era ele o guia no desbravamento de terras que só a ele eram familiares.

Os indivíduos que compunham as Entradas e Bandeiras eram muito provavelmente bilingües, mas, como afirmam unanimemente os autores que tratam do assunto, não há documentos escritos comprovando esse estágio de *bilingüidade*. A única comprovação de que a língua tupi não era desconhecida por essas pessoas é fato de que todo o interior do Brasil está cheio de nomes de acidentes geográficos, nomes de vilas, cidades, etc., que são de origem tupi. Mesmo em regiões onde nunca houve aldeamentos de povos da família tupi-guarani a toponímia é marcadamente desta origem, como constata Gladstone Chaves de Melo:

³⁰ Op. cit., nota 2, p. 89.

“Assim se compreende como, em regiões onde jamais habitou uma tribo tupi, a nomenclatura geográfica ateste a presença de considerável soma de topônimos oriundos da língua indígena. É o que se dá, por exemplo, no Planalto Central”³¹.

Partindo do princípio de que a língua tupi era no mínimo conhecida pelos membros das Entradas e Bandeiras, Melo também coloca esses movimentos colonizadores como um dos fatores que contribuíram para a difusão da língua geral (tupi) pelo interior brasileiro. Ou seja, ao invés de difundir unicamente a língua portuguesa, a conquista do interior da colônia portuguesa esteve ligada também à propagação daquela língua indígena que dispunha de maior prestígio junto aos conquistadores.

4. Conclusões

O termo *diglossia* tem ganho inúmeras acepções no trato de questões ligadas ao contexto de diversidade lingüística. No mundo ibérico o termo *diglossia* tem sido usado, muito freqüentemente, para caracterizar a situação de contato e conflito lingüísticos, em oposição à noção de bilingüismo, que não suporia o conflito, como nos informa Mauro Fernández, em seu artigo “Diglosia y bilinguismo” (1978).

Num outro extremo, encontramos o emprego de *diglossia* na caracterização da situação comum a todas as línguas usadas por comunidades mais ou menos estratificadas, onde convivem uma língua corrente distanciada da norma padrão culta, é o caso, referido anteriormente, de Dino Preti, no seu livro *Sociolingüística: os níveis da fala*.

Neste trabalho tratamos o termo *diglossia* na acepção que é dada por Charles Fergusson, no seu hoje clássico texto, que o define em relação a uma “relatively stable language situation in which, in addition to the primary dialects of the language (wich may include a standard or regional standards), there is a very divergent, highly codified (often grammatically more complex) superposes variety, the vehicle of a large and respected body of written literature, either of an earlier period or in another speech community, which is learned largely by formal education and is used for most written and formal spoken purposes but is not used by any sector of the community for ordinary conversation”. Situação em que o caso da língua portuguesa falada e escrita no Brasil parece encaixar-se.

Do que foi colocado brevemente nas páginas anteriores, parece-nos que não se pode desconsiderar o contexto histórico da implantação da língua portuguesa no Brasil como fonte de explicações para a origem do português diferenciado que os brasileiros falamos. Apontar apenas para as dificuldades imanentes à própria língua, como fazem os alunos; ou “acusar” os

³¹ Melo, Gladstone Chaves de (1981: 42).

professores, porque despreparados; ou responsabilizar os brasileiros como um todo, porque não lêem como formas de explicar as dificuldades que temos no trato do português, representa uma maneira acepticamente sincrônica de encarar os fatos, e tal postura não consegue explicar completamente o fenômeno da diversificação lingüística brasileira.

Como foi dito na nota 5 deste trabalho, o excesso de purismo dos filólogos brasileiros pertencentes ao período anterior à década de 60 levou-os a uma postura negativa frente às possíveis interferências que possa ter tido o português do Brasil. Isso, sem sombra de dúvidas, prejudicou a realização de estudos descritivos que considerassem o contexto de contato de línguas durante os primeiros séculos da colonização.

Os estudos linguísticos levados a efeito pelas universidades brasileiras nas últimas décadas romperam com a tradição dos estudos filológicos, pautados por uma preocupação excessivamente purista, e, consoante com o programa da linguística estadunidense, têm apresentado trabalhos norteados por uma preocupação sincrônico-descritivista. Parece-nos que muito poderá contribuir para solucionar a problemática do ensino de português a inserção de elementos pertencentes à história da língua. E um dos pontos fulcrais nesse sentido é o conhecimento do percurso da língua portuguesa no Brasil, principalmente no tocante ao contato e ao conflito entre as línguas autóctones. Tais estudos, sem dúvida, poderia nos apresentar soluções para muitas questões “inexplicáveis”, como a que faz referência o professor Cipro Neto, quando à pergunta: “E onde se fala o pior (português)?”. Responde: “A São Paulo que fala ‘dois pastel’ e ‘acabou as ficha’ é um horror. Não acredito que o fato de ser uma cidade com grande número de imigrantes seja uma explicação suficiente para esse português esquisito dos paulistanos. Na verdade, é inexplicável” (grifo nosso)³². Estudos que possam inclusive explicar por que mesmo as pessoas escolarizadas em situação informal ou de ausência de auto-policimento produzem frases como “Portanto, você deve dizer para mim comer” (grifo nosso). Sentença confessadamente produzida pelo dito professor.

Bibliografia

- Bosi, A. (1980), *História concisa da Literatura brasileira*, São Paulo, Cultrix.
- Cunha, C. (1970), *Língua portuguesa e realidade brasileira*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 19.
- Câmara J.M. (1965), *Introdução às línguas indígenas brasileiras*, Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica.
- Coutinho, I.L. (1978), *Pontos de Gramática Histórica*, Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico.

³² Op. cit., nota 2 deste trabalho.

- Elia, S. (1979), *A unidade lingüística do Brasil: condicionamentos geoeconômicos*, Rio de Janeiro, Gráfica Olímpica Editora, 19.
- ___ (1992), *El português en Brasil: Historia cultural*, Madrid, Editorial MAPFRE.
- Ferguson, C. A. (1959), "Diglossia", *Word* 15, 325-40.
- Freyre, G. (s/data), *Casa Grande & Senzala*, Lisboa, Livros do Brasil, 99.
- Melo, G.C. de (1981), *A língua do Brasil*, Rio de Janeiro, Padrão, 42.
- Neves, E.G. (1995), "Os índios antes de Cabral: arqueologia e história indígena no Brasil", in A. Lopes da Silva, L.D. Benzi Grupioni (org.), *A temática indígena na escola*, Brasília, MEC/MARI/UNESCO, 243.
- Pinto, E.P. (1978), *O português do Brasil: textos críticos e teóricos (1)*, São Paulo, EDUSP.
- Prete, D. (1994), *Sociolingüística: os níveis da fala*, São Paulo, EDUSP, 30.
- Revista *Veja*, ano 30, nº 36 (10 setembro de 1997).
- Silva Neto, S. (1963), *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*, Rio de Janeiro, INL/MEC, 244.
- Teixeira, R.F.A. (1995), "As línguas indígenas no Brasil", in A. Lopes da Silva, L.D. Benzi Grupioni (org.), *A temática indígena na escola*, Brasília, MEC/MARI/UNESCO.
- VV.AA. (1995), *Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa*, Brasília, MEC.